

EDITORIAL DE CONJUNTURA

A Ausência nos Espaços Coletivos: Um Chamado à Participação

Valfredo Lima da Silva (Base de SINASEFE-BA)¹

Vivemos um período marcado por profundas transformações políticas, sociais e institucionais. Em diferentes partes do mundo, observa-se o crescimento da polarização, da desinformação e de movimentos que questionam o papel das instituições democráticas, da ciência e dos espaços de participação coletiva. No Brasil, esse cenário tem sido acompanhado pelo fortalecimento de discursos extremistas e de tendências associadas ao neofascismo, que encontram nas redes digitais um ambiente propício para ampliar sua influência e fomentar o descrédito em relação às instâncias de representação e deliberação democrática.

Esse contexto não está distante do cotidiano das instituições públicas. O avanço de correntes de extrema direita no Brasil, acompanhado de críticas sistemáticas às instituições públicas, à educação e ao funcionalismo, tem produzido impactos relevantes no debate público. A apatia política, a redução do engajamento cívico e o esvaziamento dos espaços coletivos constituem desafios contemporâneos que afetam universidades, institutos federais e demais organizações comprometidas com a construção democrática. Quando a participação diminui, abre-se espaço para que poucos decidam por muitos, enfraquecendo o debate plural e a capacidade de construção coletiva.

No âmbito da base de filiados do SINASEFE, essa realidade se expressa de forma concreta. As assembleias, espaços fundamentais de escuta, diálogo e deliberação coletiva, têm registrado a participação de aproximadamente 30 a 50 servidores e servidoras — número que, embora represente um núcleo engajado, está muito aquém do total da categoria. Esse dado não é apenas um número: é um indicador da vitalidade democrática da organização sindical. Quando uma parcela tão reduzida da categoria comparece para deliberar sobre pautas que afetam a todos, torna-se necessário refletir sobre as razões dessa ausência.

É importante reconhecer que muitos servidores enfrentam limitações concretas para participar ativamente dessas instâncias. Sobrecarga de trabalho, múltiplas responsabilidades, deslocamentos e demandas familiares são fatores legítimos e devem ser considerados com sensibilidade. Entretanto, reconhecer essas dificuldades não elimina a necessidade de refletirmos sobre o significado político e

¹ Este **Editorial de Conjuntura** foi aprovado pela Assembleia Geral Estadual do SINASEFE-IFBA/CMS, em 23 de julho de 2026, e expressa o posicionamento coletivo da categoria.

institucional da ausência. A desmobilização não é um fenômeno espontâneo; ela também pode ser favorecida por discursos que desqualificam o serviço público, deslegitimam a ação coletiva e incentivam o isolamento.

A história demonstra que as principais conquistas sociais e trabalhistas foram resultado da mobilização coletiva e do compromisso com o bem comum. Direitos, reconhecimento profissional e melhores condições de trabalho não surgiram espontaneamente; foram construídos por meio da participação, do diálogo e da organização. A democracia, em qualquer escala, depende da presença daqueles que dela se beneficiam. Não se trata de desconsiderar as condições materiais que dificultam a participação — o cansaço, a sobrecarga e as jornadas múltiplas. Trata-se de reconhecer que a desmobilização enfraquece a capacidade de defesa dos interesses coletivos. Participar, portanto, não é apenas um direito; é também uma responsabilidade democrática.

Mais do que um problema administrativo, o esvaziamento dos espaços coletivos representa um desafio para a própria cultura democrática. Em tempos marcados pelo avanço da desinformação, pelo enfraquecimento da confiança institucional e pela crescente radicalização do debate público, participar torna-se também um ato de defesa das instituições públicas, do serviço público e dos valores democráticos.

Que este editorial sirva, portanto, como um convite à reflexão e ao compromisso coletivo. A sociedade que desejamos — plural, democrática, inclusiva e socialmente comprometida — não será construída pela indiferença ou pelo silêncio. Ela depende da participação de cada servidor e servidora como sujeito histórico, ocupando os espaços de diálogo, fortalecendo a construção democrática e reafirmando, cotidianamente, o compromisso com o interesse público. Na perspectiva de Paulo Freire, a transformação da realidade exige sujeitos críticos, capazes de unir reflexão e ação na construção da história.

Porque, em última instância, a ausência também é uma escolha. E o futuro das nossas instituições será sempre resultado das escolhas que fazemos — ou deixamos de fazer — coletivamente.